

SUMÁRIO

UFLA

Técnico em Assuntos Educacionais

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e compreensão de diferentes gêneros textuais: Ler, compreender e interpretar textos diversos de diferentes gêneros, compostos por diferentes linguagens, redigidos em Língua Portuguesa e produzidos em situações diferentes e sobre temas diferentes; Inferir o sentido de palavras e/ou expressões a partir do contexto	1
Reconhecer marcas argumentativas ; Estratégias de argumentação e posicionamento autoral em gêneros diversos	3
Identificar as diferentes partes constitutivas de um texto, de seus principais tópicos e de suas relações	4
Identificar fato e opinião	7
Identificar objetivos discursivos do texto (informar, argumentar, relatar, expor, orientar, promover humor etc.)	9
Identificar elementos que permitam relacionar o texto lido a outro texto ou a outra parte do mesmo texto; Estabelecer relações de sentido entre os diversos segmentos do próprio texto e entre textos diferentes ; Estabelecer articulação entre informações textuais, inclusive as que dependem de pressuposições e inferências (semânticas, pragmáticas) autorizadas pelo texto, para dar conta de ambiguidades, ironias e opiniões do autor.....	19
Identificar o sentido global de um texto; Reconhecer marcas linguísticas necessárias à compreensão do texto (mecanismos anafóricos e dêiticos, operadores lógicos e argumentativos, marcadores de sequenciação do texto, marcadores temporais, formas de indeterminação do agente); Identificar mecanismos de coesão e de coerência textuais presentes em gêneros textuais diverso.....	25
Reconhecer e analisar, em textos dados, a função morfossintática das classes de palavras e os efeitos de sentido (s) decorrentes desse uso; Reconhecer e analisar os recursos linguísticos que concorrem para o emprego da língua em diferentes funções, especialmente no que se refere ao uso dos pronomes, dos modos e tempos verbais e ao uso das vozes verbais	27
Reconhecer a importância da organização gráfica e diagramação para a coesão e coerência de um texto	43
Identificar variedades e adequação de linguagem	47
Analisar as características linguísticas próprias de textos multissemióticos.....	50
Conhecimentos linguístico-textuais: Identificar e empregar recursos linguísticos próprios da língua escrita formal em gêneros diversos: pontuação	50
Ortografia.....	54
Concordância nominal e verbal	57
Regência nominal e verbal	59
Colocação pronominal.....	62

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Estruturação de orações e períodos	64
Reconhecer a significação de palavras e expressões. Relações semânticas, lógicas e enunciativas entre palavras, expressões e frases.....	68
Questões	
Gabarito.....	

MATEMÁTICA

CONJUNTOS. Representação de um conjunto. Relações de pertinência e inclusão-igualdade de conjuntos. Subconjuntos. Conjunto universo. Conjunto das partes de um conjunto. Operações com conjuntos: união, interseção, diferença e complementar. Produto cartesiano. Diagrama de Venn. Número de elementos de um conjunto	1
CONJUNTOS NUMÉRICOS. Números naturais e inteiros: operações fundamentais. Números reais: operações fundamentais, potenciação e radiciação, valor absoluto, intervalos	7
critérios de divisibilidade, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum, decomposição em fatores primos	19
UNIDADES DE MEDIDAS. Medidas de comprimento, superfície, volume, capacidade, massa, ângulo, energia, informática e tempo. Transformações das unidades de medidas	27
Razões e proporções. Números e grandezas proporcionais	34
Regra de três simples e composta	37
MATEMÁTICA FINANCEIRA. Porcentagens. Juros simples e compostos	39
GEOMETRIA PLANA. Semelhança e congruência de figuras planas. Triângulos e polígonos. Circunferência e círculo. Relações métricas em triângulos, círculos e polígonos regulares. Área de polígonos. Área do círculo e de figuras circulares	44
GEOMETRIA NO ESPAÇO. Estudo e cálculo de áreas e volumes dos sólidos: prisma, pirâmide, cilindro, cones e os respectivos troncos e esfera	55
FUNÇÕES. Conceito de função. Domínio, contradomínio, imagem. Gráficos. Composição de funções. Funções crescentes e decrescentes. Função inversa. Função afim, funções polinomiais de primeiro e segundo grau, função exponencial, função logarítmica e seus respectivos gráficos.....	63
SISTEMA DE EQUAÇÕES LINEARES. Sistemas lineares homogêneos e não homogêneos. Resolução de sistemas lineares: escalonamento, regra de Cramer. Sistemas equivalentes. Sistemas determinados, indeterminados e impossíveis	84
PRINCÍPIOS BÁSICOS DE ANÁLISE COMBINATÓRIA E PROBABILIDADE. Princípio fundamental da contagem, arranjos, combinações, permutações simples e permutações com repetição. Probabilidade da união de eventos, independência de eventos e probabilidade condicional	97
NOÇÕES DE ESTATÍSTICA. População, amostra	103
distribuição de frequência.....	104
média, moda, mediana	110
interpretação de gráficos e de tabelas	113

SUMÁRIO

SUMÁRIO

RACIOCÍNIO LÓGICO. Noções básicas da lógica matemática: proposições, problemas com tabelas e argumentação. Tabelas Verdade, resolução de problemas	120
Questões	128
Gabarito	137

LEGISLAÇÃO

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigos 5º, 37 a 41 e 205 a 208.....	1
Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal: Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.....	20
Elaboração, redação, alteração e consolidação de atos normativos: Decreto nº 12002, de 22 de abril de 2024.....	31
Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais: Lei nº 8.112, de 11/12/1990 e suas alterações.....	54
Sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa: Lei Nº 8.429, de 2 de junho de 1992 e suas alterações.....	100
Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD): Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 e suas alterações	115
Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal: Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994 e suas alterações.....	138
Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, artigos 1º ao 4º, 43 a 57	142
Licitações e contratos Administrativos: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021	148
Organização da Administração Pública Federal: Decreto Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967.....	222
Questões	255
Gabarito.....	263

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Organização e Gestão da Educação Brasileira.....	1
Legislação e Políticas Educacionais	3
Projeto Político-Pedagógico (elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação).....	5
Permanência no ensino superior, ações inclusivas e de acessibilidade	8
Avaliação educacional na Universidade: aspectos macro institucionais e da aprendizagem.....	11
Tendências Educacionais e os processos de ensino e de aprendizagem	14
Formação continuada no Ensino Superior	16
Educação à distância	18

SUMÁRIO

tecnologias de informação e comunicação e uso de Inteligência Artificial no Ensino Superior - IA.....	21
O papel dos Técnicos em Assuntos Educacionais (TAE) no Ensino Superior	24
Universidade Federal de Lavras – história e organização atual	26
Questões	29
Gabarito.....	33

SUMÁRIO



A leitura e a interpretação de textos são habilidades fundamentais para a compreensão e a comunicação em qualquer contexto, seja acadêmico, profissional ou cotidiano. Compreender o significado de palavras, expressões, frases e parágrafos exige não apenas um conhecimento linguístico, mas também a capacidade de relacionar informações, identificar intencionalidades e construir sentidos a partir do texto. Essas competências são desenvolvidas por meio da prática constante e do aprendizado de estratégias de leitura que permitem ao leitor lidar com diferentes níveis de complexidade textual.

O PROCESSO DE LEITURA

a leitura é uma atividade que vai além da decodificação de palavras. Ela envolve a interação entre o leitor, o texto e o contexto. O leitor, ao entrar em contato com o texto, traz consigo um repertório prévio que inclui conhecimentos linguísticos, culturais e experiências pessoais, elementos que influenciam diretamente sua capacidade de interpretar. O texto, por sua vez, apresenta informações organizadas em uma estrutura lógica, que podem ser explícitas ou implícitas. Já o contexto refere-se ao ambiente ou situação em que a leitura ocorre, o que também impacta a interpretação.

Um bom leitor é aquele que consegue relacionar esses três elementos, identificando não apenas o significado literal das palavras e frases, mas também os sentidos implícitos, as intenções do autor e os elementos subjacentes que complementam a mensagem textual.

IDENTIFICAÇÃO DO SIGNIFICADO DE PALAVRAS

Compreender o significado das palavras é o primeiro passo para a interpretação textual. As palavras possuem significados que podem variar dependendo do contexto em que são utilizadas, exigindo do leitor atenção às nuances da linguagem.

► Significado Denotativo e Conotativo

▪ **Denotativo:** É o significado literal ou objetivo da palavra, aquele encontrado nos dicionários. Por exemplo, “casa” denotativamente refere-se a uma construção destinada à habitação.

▪ **Conotativo:** É o significado figurado ou subjetivo, frequentemente carregado de emoções e associações culturais. Por exemplo, “casa” conotativamente pode representar acolhimento, segurança ou família.

O leitor precisa discernir qual dos significados está sendo utilizado no texto, considerando o contexto e o objetivo do autor.

► Palavras de Sentido Contextual

Algumas palavras adquirem significados específicos dependendo do contexto. Expressões como “raiz” podem ter conotações matemáticas, botânicas ou culturais, dependendo do tema abordado. Por isso, é essencial que o leitor examine o campo semântico do texto para interpretar corretamente essas palavras.



Os conjuntos estão presentes em muitos aspectos da vida, seja no cotidiano, na cultura ou na ciência. Por exemplo, formamos conjuntos ao organizar uma lista de amigos para uma festa, ao agrupar os dias da semana ou ao fazer grupos de objetos. Os componentes de um conjunto são chamados de elementos, e para representar um conjunto, usamos geralmente uma letra maiúscula.

Na matemática, um conjunto é uma coleção bem definida de objetos ou elementos, que podem ser números, pessoas, letras, entre outros. A definição clara dos elementos que pertencem a um conjunto é fundamental para a compreensão e manipulação dos conjuntos.

Símbolos importantes

$\in$: pertence

$\notin$: não pertence

$\subset$: está contido

$\not\subset$: não está contido

$\supset$: contém

$\not\supset$: não contém

$/$: tal que

$\Rightarrow$: implica que

$\Leftrightarrow$: se, e somente se

$\exists$: existe

$\nexists$: não existe

$\forall$: para todo(ou qualquer que seja)

$\emptyset$: conjunto vazio

$\mathbb{N}$: conjunto dos números naturais

$\mathbb{Z}$: conjunto dos números inteiros

$\mathbb{Q}$: conjunto dos números racionais

$\mathbb{I}$: conjunto dos números irracionais

$\mathbb{R}$: conjunto dos números reais

Representações

Um conjunto pode ser definido:

- Enumerando todos os elementos do conjunto

$$S = \{1, 3, 5, 7, 9\}$$



— Dos Direitos E Garantias Fundamentais

Os direitos individuais estão elencados no caput do Artigo 5º da CF. São eles:

Direito à Vida

O direito à vida deve ser observado por dois prismas: o direito de permanecer vivo e o direito de uma vida digna.

O direito de permanecer vivo pode ser observado, por exemplo, na vedação à pena de morte (salvo em caso de guerra declarada).

Já o direito à uma vida digna, garante as necessidades vitais básicas, proibindo qualquer tratamento desumano como a tortura, penas de caráter perpétuo, trabalhos forçados, cruéis, etc.

Direito à Liberdade

O direito à liberdade consiste na afirmação de que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei. Tal dispositivo representa a consagração da autonomia privada.

Trata-se a liberdade, de direito amplo, já que compreende, dentre outros, as liberdades: de opinião, de pensamento, de locomoção, de consciência, de crença, de reunião, de associação e de expressão.

Direito à Igualdade

A igualdade, princípio fundamental proclamado pela Constituição Federal e base do princípio republicano e da democracia, deve ser encarada sob duas óticas, a igualdade material e a igualdade formal.

A igualdade formal é a identidade de direitos e deveres concedidos aos membros da coletividade por meio da norma.

Por sua vez, a igualdade material tem por finalidade a busca da equiparação dos cidadãos sob todos os aspectos, inclusive o jurídico. É a consagração da máxima de Aristóteles, para quem o princípio da igualdade consistia em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles se desigalam.

Sob o pálio da igualdade material, caberia ao Estado promover a igualdade de oportunidades por meio de políticas públicas e leis que, atentos às características dos grupos menos favorecidos, compensassem as desigualdades decorrentes do processo histórico da formação social.

Direito à Privacidade

Para o estudo do Direito Constitucional, a privacidade é gênero, do qual são espécies a intimidade, a honra, a vida privada e a imagem. De maneira que, os mesmos são invioláveis e a eles assegura-se o direito à indenização pelo dano moral ou material decorrente de sua violação.

Direito à Honra

O direito à honra almeja tutelar o conjunto de atributos pertinentes à reputação do cidadão sujeito de direitos, exatamente por tal motivo, são previstos no Código Penal.

Direito de Propriedade

É assegurado o direito de propriedade, contudo, com restrições, como por exemplo, de que se atenda à função social da propriedade. Também se enquadram como espécies de restrição do direito de propriedade, a requisição, a desapropriação, o confisco e o usucapião.



Introdução à Organização e Gestão da Educação Brasileira

A organização e a gestão da educação brasileira são elementos centrais para garantir a efetivação do direito à educação de qualidade, conforme previsto na Constituição Federal de 1988. A educação, nesse sentido, não é apenas um serviço prestado pelo Estado, mas um direito fundamental, estruturado em torno de princípios democráticos, de equidade e de participação social. Entender como se organiza o sistema educacional brasileiro e quais são os instrumentos de gestão é essencial para profissionais da educação e candidatos em concursos públicos da área.

A Constituição estabelece, em seu artigo 205, que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”. Esse princípio indica a necessidade de um sistema educacional descentralizado, articulado e democrático. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) é o principal marco legal infraconstitucional que define a estrutura organizacional e os modos de gestão da educação no Brasil. A LDB trata não só da organização dos sistemas de ensino e da distribuição de competências, mas também dos princípios da gestão democrática, da autonomia escolar, da participação da comunidade e do financiamento público da educação.

A gestão educacional envolve todos os processos de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das políticas educacionais, desde o nível federal até o local, com foco na melhoria da qualidade do ensino, na equidade e na garantia do acesso e permanência dos estudantes. Neste sentido, é indispensável compreender as bases legais, os sistemas de ensino, os mecanismos de participação social e as políticas públicas de financiamento que sustentam a educação brasileira.

Estrutura Legal e Administrativa da Educação Brasileira

A estrutura educacional brasileira tem como fundamento legal a Constituição Federal, que dedica uma seção específica à educação (arts. 205 a 214), e é regulamentada pela LDB. O artigo 206 da Constituição determina os princípios que regem o ensino no país, entre os quais destacam-se a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a liberdade de aprender, ensinar e pesquisar, e a gestão democrática do ensino público.

A LDB, promulgada em 1996, organiza a educação nacional em dois níveis: educação básica (composta por educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e educação superior. Ela também define competências para os entes federativos: União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Essa divisão de responsabilidades visa atender à complexidade do sistema educacional brasileiro, marcado por grande diversidade regional e social.

Um conceito central é o de “regime de colaboração”, mencionado no artigo 211 da Constituição, segundo o qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem atuar de forma coordenada para assegurar o direito à educação. A União exerce função normativa, redistributiva e supletiva, enquanto os Estados e Municípios têm responsabilidade direta pela oferta de ensino, especialmente nos níveis da educação básica.

Esse arranjo federativo busca garantir autonomia aos sistemas de ensino, ao mesmo tempo em que promove uma atuação conjunta e articulada. A atuação das secretarias de educação, dos conselhos de educação (como o Conselho Nacional de Educação – CNE), e de órgãos colegiados como o CONSED (Conselho Nacional de Secretários de Educação) e a UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) também é fundamental para a administração do sistema.

Sistemas de Ensino e Esferas de Competência

A educação brasileira é organizada em sistemas de ensino distintos, mas interligados por meio do regime de colaboração. Cada ente federado possui um sistema de ensino próprio:

- A União organiza o sistema federal de ensino e presta assistência técnica e financeira aos demais entes.
- Os Estados e o Distrito Federal organizam seus sistemas de ensino, abrangendo as escolas estaduais e, quando houver acordo, as escolas municipais.

